ATA DA 317ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 15/05/2025

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA
PAULO ROBERTO BELINELO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP
JÚLIO CÉSAR CARUZZO

I – Conselheiros Presentes
Presidente – LUIZ CARLOS ZAMARCO

Representantes da Sociedade Civil:
PAULO ROBERTO BELINELO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO – (TITULAR) – REPESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
PEDRO ALEM SANTINHO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO NOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários
IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NILCÉA ALVES GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologia
SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES E PATOLOGIAS
WALTER MASTELARO NETO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representantes da Pessoa com Deficiência
PÂMELA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA

Representantes dos Sindicatos Patronais

Representantes das Centrais Sindicais
ROSILÂNIA CORREIA LIMA CARDOSO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes das Entidades Sindicais Categoria Saúde
IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representantes das Entidades Sindicais Gerais
LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim
REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO

Representantes da Associação dos Profissionais Liberais
PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes da Universidade Pública

Representantes da Universidade Privada
NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representantes do Prestador Lucrativo

Representantes do Prestador Filantrópico
MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público:
MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODE PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:
BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
ALEX RICARDO FONSECA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTAIS SINDICAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS
GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO
CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
IVALDO SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:
LÚCIA ELIZABETH ROSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITARIOS
ALEXANDRE BONFIM FRANÇA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX WILLIAM SOUSA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTES DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
DANIELA MARTINS GALLI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IVALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:
JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Inicia a reunião após verificação de quórum. Agradece a presença de todos. Cumprimenta os profissionais de assistência social pelo seu dia comemorado hoje. Faz leitura da pauta.
Pauta
A - Aprovação da Ata da 316ª Reunião Plenária Ordinária
B - Informes da Mesa;
C - Informes dos Conselheiros;
D - Informes das Comissões;
E - Ordem do Dia:

1. **Mudanças Climáticas**
- Possibilidade de assento do CMSSP no Comitê de Altas Temperaturas;
- Planejamento da SMS para as mudanças climáticas.
2. **Fechamento da Maternidade do H.S.P.M**
3. **Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar**
- Situação do Serviço Aborto Legal no município;
- Número de leitos de maternidade no município;
- Localização dos serviços de parto no município;
- Garantia da realização de laqueadura pós-cesárea.
4. **Concurso Público – Autarquia Hospitalar Municipal – 2017**
5. **Terceirização de Equipamentos de Saúde da Região Norte**

F - **Deliberações**

- Tramitação de Documentos do CMSSP – Fluxo;
- Criação de GT de Infraestrutura do CMSSP;
- Moção de Repúdio da Comissão da Mulher à ausência injustificada da participação da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar nas reuniões desta comissão;
- Resolução sobre o Fechamento do Hospital Municipal da Bela Vista;
- Regimento da Comissão de Sistema de Vigilância em Saúde do CMSSP;
- Regimento da Comissão de Políticas sobre uso do Álcool e outras Drogas do CMSSP;
- Seminário da Comissão de Saúde da Mulher – Políticas e Desafios na Saúde da Mulher 40+.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Cumprimenta a todos e faz comentários sobre a pauta do dia. Precisa sair às 16h, devido à reunião previamente agendada. Solicita que sejam elencados os assuntos da pauta de maior relevância.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Pergunta se há alguma inclusão de pauta.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita inversão de pauta entre os pontos 2 e 3.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita inclusão de moção de repúdio, cujo texto já foi enviado a todos.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Após a aprovação da ata da 316ª, sugere que o próprio secretário escolha os pontos a serem discutidos na sua presença.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Declara que pode dar explicações de toda a pauta. Quanto às mudanças climáticas, cita que participarão da COP 30. São Paulo tem sido um exemplo. Foram visitar as nossas obras, que já iniciaram nos hospitais municipais e dentro das obras, e algumas sugestões que eles iriam fazer para melhoria das mudanças climáticas, já estavam sendo realizadas. Sugeriram algumas ideias nas obras do Hospital Benedito. Lá existe uma mina e um lago. Estão fazendo lá uma medição da temperatura da água da mina e vão fazer uma mudança em todos os sistemas de ar-condicionado que estão implantando em todos os hospitais, tanto para economizar energia, como para não ter eliminação dos gases do ar-condicionado para a atmosfera. Será uma das nossas contribuições para as mudanças climáticas que a Secretaria da Saúde fará. Já existem coisas relacionadas com a Secretaria do Verde. Existe o PAVS, que todos conhecem e aprovam. Vão plantar 120 mil árvores dentro das unidades de saúde e no entorno delas. Com relação à maternidade do HSPM, diz que não existe fechamento. Ela está lá funcionando. Foram feitos 18 partos no mês passado no HSPM, e a média tem sido de 20 partos. A gente está precisando de espaço, a população está envelhecendo. Vocês têm acompanhado o movimento e o atendimento do HSPM? Muitos pacientes têm ficado nos corredores por falta de leitos para internação, com leito vago reservado para fazer o atendimento de parto, com o centro obstétrico vazio. Poderiam estar fazendo as cirurgias de pequena complexidade e as cirurgias ambulatoriais, resolvendo uma fila que o HSPM tem inclusive otimizando recursos humanos de ginecologista. Lá tem um andar da mulher e precisa ser otimizado o ambulatório e as cirurgias ginecológicas que as pessoas estão aguardando. Servidoras estão aguardando cirurgia e o ginecologista não faz parto nem faz a cirurgia. Vão comprar o parto em uma maternidade próxima. Estão fazendo licitação para compra desses partos A equipe de GO vai atender aquelas que precisam ao invés de ficar esperando chegar um parto que não chega. O pagamento será feito por parto. Relata que fez conta e

que no HSPM, juntando o número do que nós gastamos com recursos humanos, com o médico, enfermagem, a equipe que tem no centro obstétrico, cada parto no HSPM tem custado uma média de 100 mil reais. Com esse valor, pode fazer 5 partos. no Hospital Santa Joana, com todo o conforto para a paciente servidora pública.
Então, é isso que pretende fazer, o HSPM utilizar a equipe que está lá hoje para que volte a trabalhar, volte a fazer cirurgia ginecológica e para os partos que as servidoras precisarem fazer, oferecer uma maternidade de qualidade, próxima ao HSPM.
E não é um fechamento, é uma otimização do serviço para a gente ter mais serviço para a servidora e fazer com maior qualidade. Em relação ao serviço de aborto legal no município, têm feito até 22 semanas de gestação nas maternidades municipais, que são as do Alípio, do Campo Limpo, Mário Degni e mais uma. São quatro. Acima de 22 semanas, que caracteriza alta complexidade, é responsabilidade do Estado. Estavam realizando no Cachoeirinha e estavam recebendo gente do Brasil inteiro. Quem tem que bancar isso é o Estado ou a Federação, não o município, com seu orçamento. O secretário Eleuses, da SES, abriu no Centro da Mulher justamente para oferecer esse serviço e já está regularizado, inclusive alinhado com a Defensoria Pública. Enfim, esse é um problema que a gente conseguiu resolver na cidade de São Paulo. Quanto ao número de leitos da maternidade do município, solicita que o Dr. Ivan passe esse número com mais exatidão ao CMS, a somatória de todos os nossos hospitais com maternidade. E também a localização dos serviços de parto no município.
Em relação ao concurso público da Autarquia Hospitalar Municipal, a Secretaria da Saúde pediu concurso, que foi acompanhado no processo SEI. Houve questionamento da Fazenda que não tinha recurso para esse concurso, mas houve uma judicialização pelo doutor Arthur, e estão conversando e aguardando o resultado dessa judicialização. Sobre a terceirização de equipamentos de saúde da região norte, não entendeu o questionamento.
Quanto ao hospital do centro, há um hospital nosso que está sendo feito aqui neste prédio. Acredita que estejam acompanhando. Como a vigilância tem que autorizar, a UNINOVE, que fez o acordo com o município, de construir o hospital, tinha feito hospital de campanha, que funcionou durante a pandemia. Esse hospital não pode funcionar como ele funcionou na pandemia. A vigilância fez uma adaptação, estão esperando a aprovação das plantas para eles fazerem a adequação para começar a funcionar.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que está sendo solicitado, em forma de resolução, que uma comissão acompanhe a implantação desse hospital.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Explicar que esse hospital está sendo acompanhado pelo Ministério Público. Tem solicitado relatórios e quem falado com ele é o Ministério Público, então acha que vocês podem fazer esse pedido. Esse hospital, assim como a SMS estar aqui, foi um acordo feito entre o Ministério Público e a UNINOVE. Acredita que a implantação ocorra entre 6 meses a um ano. Já teve acesso à planta.

Convidado Tarcísio Farias: Diz que teve duas audiências com o Dr. Maurício Serpa que nas duas ocasiões lhe garantiu que o hospital será aberto até o meio do ano e que era feito pela Secretaria. A ideia é que a gente comece a pensar uma coisa, que tem sido feita aqui no centro, que é toda vez que vai implantar um equipamento, colocar uma comissão de acompanhamento paritária acompanhando a fazer com que as coisas funcionem.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Considera interessante e for criada essa comissão seria interessante que tivesse alguém da Secretaria acompanhando, pois não há ninguém da Secretaria acompanhando isso. Seria bom cobrar do Ministério que esse hospital seja implantado, inclusive o Ministério poderia até ajudar junto à Vigilância para poder agilizar, que às vezes a vigilância demora um pouquinho para dar os pareceres. Pode-se, inclusive, cobrar da UNINOVE, que inicie mais rápido. O processo da UNINOVE foi publicizado e dentro

desse processo, tem lá o hospital. Tem feito relatórios, inclusive do Ministério Público, mostrando que até agora o que eu tenho é a planta que foi encaminhada para a vigilância, que a UNINOVE relata que está aguardando a vigilância. O acompanhamento está sendo feito pelo próprio gabinete. Importante seria ter alguém da área técnica acompanhando, ter o CMS acompanhando.

Paulo Roberto Belinelo, Conselhiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Relata que sabem que nas regiões os conselheiros de STS, os conselheiros locais acompanham as obras. Agora, nesse contexto de que o Ministério Público é o articulador dessas obras nos hospitais, considera aconselhável que seja acompanhado pelos conselheiros municipais, com os três segmentos.

Convidado Tarcísio Farias: Sugere que o CMS solicite ao Ministério Público, e sempre trabalhou com o Ministério Público, para que se crie uma comissão de acompanhamento para aprimorar o que aconteceu, por exemplo, no Belo Vista, para não acontecer o que aconteceu no Hospital Bela Vista.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Quer saber se o CMS vai participar dos comitês de altas e baixas temperaturas. Considera fundamental que a sociedade civil participe de forma ativa, principalmente considerando que até o presente momento não houve aqui nenhuma apresentação de plano, documento ou qualquer discussão sobre a questão das mudanças climáticas com o Conselho Municipal. Querem ter acesso ao planejamento específico. Foram mencionadas algumas reformas em alguns equipamentos que estão em sinergia com a COP 30. Pessoalmente, é muito crítico ao formato da COP 30. Como está acontecendo, embora seja um evento importante.
Fica curioso para saber quais são essas obras e de qualquer forma, é necessária uma discussão sobre isso, porque a sociedade civil tem demandas e curiosidades sobre o que está sendo pensado. Menciona o resultado contínuo desde o ano passado sobre as consequências das grandes chuvas, as consequências na saúde da população, referente todo um planejamento de mudanças climáticas, que entre, inclusive, a questão da dengue e as questões das doenças endémicas.
Fala do problema que existe com o serviço de aborto legal. Entende que o serviço passou do Município para o Estado, e o conselho municipal é crítico a essa mudança.
O atendimento a gestações acima de 22 semanas ela basicamente não acontece. Faz parte de alguns grupos que dão auxílio a pessoas que buscam acesso ao aborto legal, e quando e chega nessa linha de 22 semanas, não se consegue mais atendimento mesmo no Estado, porque os serviços não conseguem atender essas pessoas. embora existam protocolos exemplares, a prática não acontece. O problema, que pode não ser exatamente da questão técnica, porque embora o município tenha esses protocolos, existe uma questão fática que é o impedimento do acesso ao serviço. a grande distância das suas que o buscam.
Fala sobre os leitos hospitalares de maternidade. Precisam de reposicionamento dos serviços de maternidade. Embora a gente não tenha o nascimento todo dia, a gente tem o acúmulo de pessoas nascendo em determinados lugares sem atendimento necessário de leitos suficientes. E quando há necessidade de uso desses leitos, muitas vezes eles se encontram, às vezes mais de 7 km de distância do raio daquela pessoa. Desde o ano passado, tentaram uma conversa com Secretaria Executiva Hospitalar, sobre um replanejamento dos serviços de maternidade.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Deixa seu protesto, porque acha ruim discutir as pautas desse jeito. Tem discordância desse método. Não adianta limpar a pauta deixando coisas para resolver.
Fala das mudanças climáticas. Como São Paulo vai lidar com isso. A sociedade civil precisa entender o plano da SMS. Falando em relação aos trabalhadores, percebem que não tem nada andando em relação à adaptação das unidades em que a população é atendida. A maioria das unidades não tem climatização, tem unidade que tem o ar-condicionado, mas não tem lugar para pôr a tomada. Quando fala de mudanças climáticas, está falando de tudo, do frio, do calor, mas também das chuvas, das enchentes. E não foi apresentado para o CMS, nem para quem representa os trabalhadores, nem para a população de uma forma

geral, qual é o plano do município para adaptar a cidade para esse novo momento que estamos vivendo, com mudanças climáticas. Não estamos num calor extremo agora, mas o próximo verão vai ser muito pior. Uma das coisas que a gente precisa entender e acha que o Conselho precisa participar dessa discussão. A sociedade civil tem que estar lá. Os trabalhadores têm que estar lá, porque precisam entender qual é o plano dessa gestão para não deixar as pessoas morrerem de calor, morrerem afogadas na enchente, morrerem de frio na rua. Sobre as unidades da prefeitura, com exceções, diz que não há unidade com condições adequadas nem para os trabalhadores fazerem o seu trabalho, nem para a população ficar esperando o atendimento, assim também como os trabalhadores que fazem tarefas, fazem o seu serviço na rua. Isso também precisa ser olhado. Quanto ao fechamento da maternidade do HSPM, todos precisam entender que é uma licitação por pregão. Assim como foi feito com o pronto-socorro, será feito agora com a maternidade, com o os leitos que vão ser fechados. Isso preocupa. Foi dito que vão tirar profissionais que estão capacitados que estão lá, neonatologista por exemplo, há 20 anos no hospital, vão trocar por pessoas que vêm sem experiência nenhuma e sem deixar ninguém com experiência para estar junto, que é o que está acontecendo no pronto-socorro. A equipe assumiu o PS do HSPM com pessoas novas sem experiência; todos os servidores foram retirados de lá e vão fazer isso também com esse serviço. A média de partos tem sido 35 partos por mês. A comparação que a Secretaria faz é de uma época em que o SUS estava ali com leitos para atender também a municipalidade, porta aberta. Diminuíram os nascimentos, mas ainda dá para manter o serviço, nem que seja para reduzir. Diz que essa decisão foi tomada única e exclusivamente pela superintendente do hospital. Não houve conversa com representação dos trabalhadores, mas simplesmente decidiram que tinha que fechar e não houve nenhuma conversa. Não tem mais conselho gestor no HSPM o que a gente tem é o conselho deliberativo e fiscalizador. Quer entender, por que quem representa a SMS nesse conselho é o José Ivan, e com todo o respeito ao José Ivan, acha que ele não é trabalhador da saúde. A gente tem lá alguém na Secretaria representando os trabalhadores, que não é trabalhador da saúde. Isso muda na hora de fazer a discussão. Precisam colocaras informações aqui do jeito correto. Lamenta muito que não haja tempo para fazer essa discussão. Não querem privilégios, querem ser atendidos no serviço público, assim como todas as usuárias do SUS, com qualidade. Enfatiza que é descabido esse fechamento desse setor, que não houve discussão e que vão continuar questionando a Secretaria, porque não é possível que se ignore toda a expertise desses profissionais e, no final das contas, não vai poder desmontar a estrutura, porque a servidora vai ficar dois dias no leito e volta para o HSPM.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: Declara que, se há uma intenção de entrega do serviço para a pejotização, que, do nosso ponto de vista é muito pior do que a forma de contratação que já tem vigente no HSPM lá hoje, porque hoje os médicos que não estão dentro da TLP, que precisaria recompor para que o serviço funcione adequadamente, eles são contratados pelo CEJAM. É um vínculo precário, mas ainda assim é um vínculo. A pejotização acaba com essa condição para esses trabalhadores, que é a entrega é de um serviço via pregão. Acha que tratar vidas dessa forma é muito aquém daquilo que se poderia proporcionar. A questão do contrato de 420 partos ano se dá com base num estudo, pelo que tiveram acesso. Mas gostaria de saber se isso pode ser apresentado para o CMS.
Além desse contrato de 420 nascimentos ano, seriam contratados ainda 1.500 consultas para o pronto-socorro obstétrico por ano. O pré-natal não ficou esclarecido se estaria contido nessas consultas. Acredita que não. São mantidos os ginecologistas para fazer o pré-natal, mas não tem médico para fazer o parto. Se tiver uma intercorrência para além de 3 dias com essa pessoa internada no novo serviço que vai ser contratado, ela tem que voltar para o HSPM. Do ponto de vista financeiro não se justifica essa prática para dizer que ela vai ser mais barata. Existe uma demanda muito grande com relação aos partos, leitos de UTI, UTI neonatal, por conta de haver maternidades superlotadas. Acha que devem chamar o CROSS aqui, para que diga para a gente que a gente tem vaga zero, porque a gente ouve histórias aqui de hospitais, Vila Alpina, por exemplo, que tem que fechar a porta do CROSS para não receber novas crianças, porque, em vez de trabalhar com uma maternidade com 12 leitos de UTI neonatal. estão trabalhando com 17; elas têm que fechar a porta para não receber mais de 17, porque elas já trabalham acima da sua capacidade. Estrutura montada, por que não recompor essas equipes via concurso?

Uma vez que o nosso doutor Arthur, que é o Ministério Público já entrou com uma ação civil pública que foi exitosa, inclusive para dizer que este concurso continua válido até que todas as vagas sejam preenchidas. Que essas vagas sejam preenchidas.
Por que que a gente precisa contratar um serviço de terceiro, se a gente tem a disponibilidade lá de local, tem equipamento e precisa recompor a equipe?
É necessário de fato fazer manutenção preventiva, corretiva, enfim, mas sai muito mais barato do que fazer essa contratação. Porque ela no seu fim não se justifica, se eu tenho que manter os leitos para depois de três dias retornar a paciente se houver complicação. Quer saber se os 35 partos vão ter esse impacto todo.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Diz que vão entrar em um processo de chamamento em breve da licitação das OSS. Pede, por favor, ao senhor secretário, que pense bem neste chamamento. Relata que estão com problemas seríssimos nas regiões por conta das OSS. A situação é gravíssima. Ou as OSS trabalham, como têm que trabalhar, respeitando o usuário e não deixando no estado que está hoje. O senhor pode fazer uma visita surpresa em qualquer equipamento de saúde do município de São Paulo administrado por OSS. Depois, o senhor nos fala se saiu satisfeito. A situação é crítica, é muito séria. Não vão ficar quietos e aceitar continuar como está o funcionamento das OSS.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Relata que tem preocupação quando qualquer serviço, qualquer política deixa de ser do Município para o Estado sem consultar o CMS, sem fazer um debate antes. Fica muito complicado. Acredita que nenhum serviço deve ser superior a qualquer outro em detrimento de acabar um serviço. Existe esse problema lá em Cidade Tiradentes, e que felizmente, o movimento de mulheres foi para cima e conseguiram reverter. Quanto à questão do aborto legal., não está acontecendo porque tem usuária que precisou do serviço e ela tentou três vezes, foi lá com todos os encaminhamentos da sua referência e infelizmente não aconteceu. A criança nasceu porque ela terminou desistindo, mas tem coisas que infelizmente a gente tem que relatar. O Hospital Cachoeirinha está fechado, sim. Quando as mulheres vão procurar o leito para ganhar a sua criança, simplesmente eles mandam para trás sem nenhuma referência. As pessoas precisam se preparar. Precisa haver planejamento familiar. A falta de comunicação da Secretaria é muito ruim. Outra questão é que o CMS infelizmente não é visto com bons olhos pela Secretaria, porque se fosse seria chamado para todo e qualquer debate que houvesse ou qualquer decisão que a Secretaria tivesse que tomar.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer saber como a gente está nessa questão dos hospitais e na questão da saúde da mulher, o que o senhor secretário tem a dizer sobre o que a Rede Globo tem noticiado lá em Itaquera, no Hospital Valdomiro de Paula e no Santa Marcelina, este que tem um convênio com o Estado. A gente usa ali também aquela porta. Mas muitas gestantes têm reclamado da dificuldade de acesso no Valdomiro de Paula, têm ficado muito tempo aguardando, mais de 12 horas, gestantes com diabetes gestacional e tudo isso só para ver qual é ação que a Secretaria já adotou, se já analisou, fiscalizou, adotou alguma ação para inibir que essas situações continuem acontecendo; que a gente sabe também dos desafios, sabe dos acertos, mas essa situação, acredita que precisa ser avaliada também.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Responde sobre o comitê de altas temperaturas que também são convidados para esse comitê e não definem quem faz parte. Acha que é a Secretaria do Clima. Solicita ao Dr. Ivan que depois veja quem organiza esse comitê. Considera uma boa ideia a participação de conselheiros. Solicita ao Dr. Ivan verificar como viabilizar isso. Reitera que os leitos do HSPM não podem ser utilizados para o SUS. Declara que tentou uma forma de otimizar os recursos que existem lá, para usar leitos vazios e poder atender a população da região central, mas a PGM não autorizou. Por isso, não levam o atendimento SUS para dentro do HSPM. Foi inclusive uma luta do servidor para tirar o SUS de lá e não pode agora voltar. Quanto

à distribuição dos leitos da maternidade, como foi dito, vai solicitar ao Dr. Ivan que passe os dos hospitais municipais e estaduais. Quando se fala de leitos maternidade, colocam muito na conta do município, mas há vários hospitais estaduais na cidade de São Paulo. Cita o exemplo do Hospital Pedreira, na Zona Sul, Pirajuçara, Leonor, Leonor, que são hospitais que têm maternidade e são hospitais do Estado. Acha que o CMS ajudaria o Município fazer essa discussão com o Estado. Declara que tem feito essa discussão bastante com o Estado.
Quantos leitos estão ativos? O que o que está faltando? Quando se fala de saúde no município de São Paulo, não pode colocar tudo na conta do município. Fala com o MA, falou com o Padilha. Eles pretendem abrir um hospital federal aqui em São Paulo e não queriam colocar leite de maternidade porque eles achavam que não tinha necessidade de ter leitos de maternidade dentro da cidade de São Paulo. Para ele não. Disse ao Ministro Padilha que é preciso ter. A zona sul é uma região carente e o mais importante que eu falei na região sul é que há jovens morando lá, são pessoas começando a vida e precisa de maternidade. Na Zona Oeste a população é mais envelhecida, o número de jovens ali é menor. Concordaram com ele e vão colocar a maternidade nesse hospital novo.
Essa discussão faz bastante com o Ministério e faz bastante também com a Secretaria do Estado e acha muito importante o CMS ser envolvido nessa discussão, entre esses entes federativos que existem dentro da cidade de São Paulo para discutir bastante.
Para a conselheira Laudiceia responde que a SMS está trabalhando para climatizar as unidades novas. Temos 1.055 equipamentos na cidade de São Paulo, sendo que alguns deles existem há mais de 50 anos. A RDC mudou ao longo desse tempo e deve ser obedecida. Todas as unidades novas são abertas obedecendo a RDC na climatização, visando o conforto tanto do funcionário quanto do paciente. A gente conseguiu fazer uma ata, vocês devem estar acompanhando, de reforma nessas unidades novas e foi conversado com cada gerente de cada unidade, verificando as prioridades. Nas reformas a climatização é uma das prioridades. Nessas unidades, a climatização é uma das prioridades. Algumas unidades precisam de reforma grande na parte elétrica.
N as unidades que não são próprias nossas, há um limite de orçamento para gastar.
Não pode fazer um investimento, mudar toda a parte elétrica de um de um equipamento que está locado. Então, esses equipamentos provavelmente são os mais prejudicados e os últimos que a gente vai conseguir fazer uma reformulação para corrigir isso.
Em relação ao HSPM, não falou que iria fechar serviço nenhum. Já explicou que não fazem 35 partos, o Ivan vai passar os dados de quantos partes foram feitos nos últimos 4 anos lá; nenhum deles passou de 280 partos por ano. Esse número que vocês viram é o número que colocaram de platô de contratação para darem orçamento de quanto custaria cada parto. Vão pagar no máximo até 35 partos, se tiver mais, vão ter que pagar o valor aditivado. O número de partos é exatamente isso que já falou. O mês que teve mais, foram 22 partos. Lá não tem conselho gestor porque quando o hospital deixou de atender o SUS teve uma regulamentação da Procuradoria que criou o conselho deliberativo. Não é uma coisa que que envolve a Secretaria. Isso é da lei, e eles seguem a lei.
Declara que não estão entregando o serviço para privatização, estão tentando otimizar e melhorar o serviço que nós tínhamos lá. A Secretaria tem pedido para fazer concurso público, mas vocês têm acompanhado nos próprios processos o andamento disso. Temos concurso pelo chamamento das pessoas aprovadas no concurso e vão colocar onde está faltando. Fala para a conselheira Cirlene que fazer o chamamento das OSS, inclusive, fez umas exigências a mais no termo de referência, justamente para melhorar e tem melhorado o serviço de saúde. Se não tivesse melhorado, a gente não teria ganhado pelo quinto ano consecutivo como o melhor serviço público. Isso ganhou pelo trabalho que os
Todo mundo da saúde trabalha e trabalha com afinco. A demanda de serviço de saúde é muito grande. Hoje, somando os funcionários nossos da rede própria e da rede terceirizada das OSS, são 121.000 funcionários. A grande maioria trabalha e trabalha com qualidade e afinco, isso é mostrado nos nossos resultados de atendimento. Com diminuição da mortalidade, com o aumento da taxa de vacinação. A gente tem conseguido atingir a meta do Ministério da Saúde. Já conseguimos em várias vacinas, chegar a 95%. Aquelas que a gente não conseguiu, saíram de 70 e estão em 90%. Isso é graças ao trabalho do pessoal de COVISA, que faz um trabalho de distribuição efetiva da vacinação, de controle. Os funcionários trabalham

com bastante afinco, tanto os funcionários da direta, quanto os funcionários das terceirizadas, todos têm responsabilidade. Os gestores das OSS realmente às vezes são difíceis de lidar, mas estão aprendendo a conversar com a Secretaria. Quando chegou aqui, há 5 anos, OSS achava que não tinha que dar satisfação na Secretaria. Hoje, conversam discutem para melhorar o serviço. Estão conseguindo fazer prestação de contas da forma mais transparente possível. A gente apresentou para vocês o SICAP e essa vai ser uma das formas de controlar da melhor forma possível as organizações sociais, junto com o Ministério Público e junto com o Tribunal de Contas, para que tenha transparência total do que a Secretaria está fazendo e poder, inclusive, dentro desses sistemas, identificar as coisas que precisam ser corrigidas e corrigir.
A Secretaria não está uma maravilha, mas falar que não melhorou nada, isso é uma injustiça com todos os funcionários que trabalham aqui, porque eles trabalham para cada dia dar um serviço melhor. Temos que temos que melhorar ainda mais, com certeza. São Paulo tem 12 milhões de habitantes, é a quinta cidade maior do mundo. As complexidades são muito grandes. Concordo com quem citou a COP, por ter tido uma reunião com o pessoal de Copenhague, deram ideias, mas não dá para comparar com São Paulo. São 700 mil habitantes. Trabalha com a população, com os funcionários, e não é só a saúde envolve todas as secretarias para haver uma melhora do clima na cidade de São Paulo.
Tem que melhorar muito, mas tem avançado. Pelo menos a gente aprendeu a discutir que esse é um tema importante na cidade, porque até pouco tempo atrás, nem espaço para essa discussão havia, e hoje se consegue discutir os problemas da cidade. Mas a grande maioria da população não tem essa discussão. Hoje, a gente consegue discutir com a imprensa, para que esta população comece a pensar sobre a situação climática do nosso planeta e o que ela pode fazer dentro do seu território para fazer melhoria no clima. Considera isso um ganho. Em relação ao André Ancelmo, que falou do Valdomiro de Paula, relata que na terça-feira acompanhou e ficou muito bravo com o diretor de lá.
No plantão, às 9 horas da noite começou a receber ligações no celular falando que havia tinha mulheres esperando há mais de 12 horas. Ligou para o diretor, para o secretário executivo, dizendo que o problema tinha que ser resolvido. Já foi diretor de lá. Diz que não tem que ficar sabendo pela imprensa que está tendo um problema lá na porta daquele hospital. Trata-se de um problema de gestão. Quando conseguiu falar com o diretor, por volta das 23 horas, questionou quantos partos tinham sido feitos. Recebeu como resposta que foram 4 partos cesáreas e 6 partos normais. Perguntou quantos pacientes o ginecologista atendeu na porta. 40 pacientes. Quantos ginecologistas? Três ginecologistas de plantão. Perguntou se ele achava suficiente. Enfim, esse é um problema de gestão, que vai resolver. O que aconteceu no Valdomiro de Paula foi um erro do gestor do hospital, que não teve controle do que estava acontecendo na unidade dele. Pergunta se alguém tem mais alguma dúvida. Acredita ter respondido todas as questões.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta como está a regionalização, porque sabe que houve alguns embates com o Dr. Renilson, que está chamando uma conferência, um debate, e São Paulo, principalmente no tocante ao antigo CROSS é um problema crônico. Todos ficam apreensivos com relação à regionalização, porque é um ano, como citou a Cirlene, de chamamento, de vencimento de contratos de gestão. Enquanto conselho, gostariam de saber como é o processo da participação do CMS naquela chamada Comissão de Avaliação ou de acompanhamento dos contratos de gestão, que é uma escolha, obviamente, do prefeito. É ele que nomeia as pessoas da sociedade civil e nós temos aqui conselheiros, ex-conselheiros, que participam dessa comissão. Pergunta como é feito esse processo de escolha para esse acompanhamento. Porque ele acompanha, mas de que maneira a sociedade civil toma conhecimento disso, porque muito embora seja ex-conselheiro, não traz informações como se deve. Quer saber como é feita essa indicação.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Responde que precisa se informar como são escolhidos. Não é ele que escolhe. Essa comissão tem vereador, tem muitas pessoas, mas procura ficar o mais isento possível da licitação. Pensa que o Secretário não tem que se envolver na licitação, de qual empresa vai ganhar ou não. Mas vai solicitar ao Dr. Ivan pedir para o Ivan se informar e passar para vocês como são escolhidas essas pessoas. Lembra-

se que deixou de responder à questão da participação dos conselhos gestores nas reformas dos hospitais com relação à questão climática. Diz que em cada hospital que foi reformado, os conselheiros gestores dos hospitais participaram da planta, das prioridades, de todo o processo, de toda discussão.
Com relação à regionalização, declara que conversaram bastante. Os municípios de São Paulo queriam fazer uma regionalização, que cada Coordenadoria nossa englobasse algum município vizinho, que a Grande São Paulo ficasse junto conosco. Realmente questionou bastante isso. Depois de muita conversa, ficou definido que São Paulo seria uma única região, que a gente não iria englobar outras regiões. O Estado de São Paulo tem 44 milhões de habitantes e 12 milhões estão dentro da Cidade de São Paulo.
A gente já ajuda o Estado inteiro com os nossos serviços. Não é possível assumir mais coisas do que a gente já faz. Informalmente. O que a gente tem que fazer na regionalização é definir o que São Paulo vai fazer, mas a prioridade é a nossa população e depois verifica como conseguir ajudar na Grande São Paulo.

Convidada Débora Aligieri: Volta ao ponto da do fechamento da maternidade do HSPM, porque tem uma questão que preocupa um pouco. É tanto do Movimento Popular de Saúde do Centro como assessora parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo. Declara que tiveram uma reunião na semana passada na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, em que foi abordado esse tema e ali foi feita a justificativa e passada a informação de que no último mês havia tido apenas 18 partos e com a redução que foi sendo observada nos últimos anos, então se justificaria essa transferência para uma unidade do setor privado. Olharam o processo SEI para acompanhar o que está sendo tratado, apresentado o estudo técnico preliminar e uma das coisas que observa é que de fato, há uma redução, mas essa redução está sendo comparada quando o hospital ainda atendia o SUS. Então, tinha ali uma média de 700 partos por ano, o que passou para mais ou menos 200. Quando se observa o atendimento das servidoras, não existe essa redução. Então, nos últimos anos viu que em 2024, foram 276 partos; em 2023, foram 286. Então, não tem uma variação tão grande. Uma coisa que preocupa é que a servidora vai fazer o pré-natal ali no hospital, é encaminhada no parto para um outro hospital do setor privado e depois no pós parto, volta. Fala sobre a questão do vínculo. O cuidado em saúde, uma das coisas muito importantes e que, inclusive essa questão das OSS é o que prejudica muito é justamente essa quebra do veículo. A mulher tem todo acompanhamento durante o seu pré-natal e na hora que ela vai ter o parto, são outros profissionais. Outra equipe, outro local, é uma coisa que pode prejudicar muito esse cuidado. Pelos números, considerando só o atendimento das servidoras, não há uma redução tão drástica e ao mesmo tempo não existe uma justificativa da vantagem orçamentária. Não existe um estudo de impacto na assistência das servidoras. Traz o questionamento de por que você vai encerrar uma unidade que tem alto aparato tecnológico, UTI neonatal, equipamentos de alta tecnologia. Pergunta se poderia reduzir, por que não se reduz ao invés de fechar esse serviço para servidoras. Outra questão em relação à situação do hospital no Centro porque a população do centro está completamente desassistida. Não tem hospital municipal no centro. Precisam de um hospital geral municipal. Cita a Santa Casa, que é do Estado, e também está fechando as suas portas e fechando vários atendimentos. No plano de metas não existe nenhuma proposta para suprir esse vazio que existe. Esses vazios assistenciais são muito preocupantes aqui em São Paulo. Lembra que tiveram uma discussão também na Câmara sobre o fechamento da maternidade do Hospital Santa Catarina e na época ficou muito claro com o estudo de pessoas da USP mostrando que se criaria um vazio assistencial na região, mas se dizia que seriam amparadas e depois disso, o que a gente ouve das pessoas do movimento da região é que as mulheres estão parindo na UPA, na UBS, parindo em todos os lugares, mas não conseguem encontrar atendimentos em maternidades na região, ou seja, aquilo foi justificado para atender pessoas com câncer e as pessoas com câncer continuam na fila, continuam sem atendimento, então quer um esclarecimento em relação a essas questões.

Sheila Ventura Pereira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Declara que tem grande preocupação com as gestantes de alto risco, porque não tem uma referência e contrarreferência, as unidades básicas não estão dando conta, e se for falar das UPA, pior ainda. Quer saber sobre a questão do SIGA e do CROSS, município e estado, porque muitas vezes as pessoas ficam desassistidas. Pessoas que têm especialidades não têm para onde ir, porque quebram o vínculo com o hospital, quebram o vínculo

com a unidade básica e elas ficam perdidas no sistema, esperando ser encaminhado para a fila de fluxo que não está funcionando. Precisam entender como e funciona essa fila de fluxo de vagas, porque as pessoas ficam esperando até um ano esperando ser encaminhadas para algum lugar e a gente não tem como ajudar essas pessoas.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita uma apresentação para o CMS sobre o planejamento das questões climáticas, porque existem questões a serem discutidas e o secretário declarou que já existe um planejamento. Que se marque essa apresentação e que seja de verdade, porque o que se tem geralmente no CMS é um embate pós do que foi feito, uma coisa formal. Acha que precisam de uma coisa maior. Precisam de compromisso para garantir que o CMS participe das políticas. Quanto à questão do aborto, acha fundamental que haja uma ação da Secretaria efetiva, porque normalmente as áreas técnicas dizem que os protocolos estão todos no site. As linhas estão todas no site. Os encaminhamentos estão todos no site da Secretaria e é verdade, só que o problema é que se você chegar agora em qualquer um dos equipamentos de referência, você não vai ter atendimento, as pessoas vão enrolar, você precisa fazer milhões de coisas. Sabe disso porque faz parte de grupos que dão acesso a muitas mulheres que precisam buscar o aborto. E aqui sempre discutindo o aborto legal, e elas não conseguem e a Secretaria precisa tomar uma ação efetiva para garantir que os protocolos sejam garantidos e atendidos dentro dos equipamentos, porque isso não está acontecendo. Precisa haver uma ação efetiva disso, não sabe se um mero comunicado da Secretaria é suficiente, mas o fato é que o serviço não está garantido nos equipamentos. Tudo é demorado, mandam voltar e chegam as 22 semanas de gestação. A última questão que traz é sobre a questão das maternidades. Como a Débora falou, o Conselho Municipal começou a ter uma discussão desde a época do fechamento da Santa Catarina. E a Dra. Marilande na última vez que esteve aqui, entregou uma folha enorme que continha todos os números de leitos porque na última gestão tiveram uma conversa com a Dra. Marilande sobre a questão de Santa Catarina. Pensando em uma resolução prática, na época tinham combinado de fazer um grupo de trabalho para discutir sobre esses equipamentos. Isso nunca saiu. Nunca foi feito. Retoma esse assunto porque apesar de todos os dados da Secretaria, existe um vazio existencial nas regiões, especialmente nas mais vulnerabilizadas. Há ainda uma perda enorme, desde o Santa Catarina, de um conhecimento técnico dentro da rede municipal que não tem nenhum outro serviço reequipado com esse conhecimento – não tem atendimento, apesar das publicações e protocolos que estão no site. O serviço não está garantido nos equipamentos. E a gente tem um fato ainda da desistência acontecer, chegaram a discutir na época, pensar em serviços menores que sejam alocados nas regiões para fazer o atendimento. nesse serviço de maternidade. Sobre esse ponto do fechamento dos leitos, porque isso continua, diz que embora entenda a argumentação técnica dada da Secretaria, o número de partos é muito menor. Ainda tem um problema que é real, que é a desassistência no território das pessoas que estão parindo, que estão gestando.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Declara que vai responder agora porque tem que estar às 16 horas no gabinete da Secretaria da Fazenda. Para a Débora, responde que existe uma demanda da servidora na parte de ginecologia que está reprimida. Com essa otimização, esses profissionais vão poder atender essas pacientes que hoje eles não atendem porque eles alegam para ele que estão lá para fazer parto, não para fazer outra coisa. Então, a partir do momento que não tiver mais parto para fazer, que a gente tiver contratado esses partos em outro local, eles vão poder fazer esse atendimento e resolver essa dificuldade que a servidora tem. Este é o fato. O pré-natal hoje da servidora é feito nos ambulatórios e ela só vai no HSPM para dar à luz. Ela só fica sabendo quem é o médico que fará o parto na hora do parto e isso não vai mudar, ela vai continuar fazendo o pré-natal nos locais que ela faz e na hora do parto, ela vai ter um ganho. Nesse contrato, ela vai fazer uma visita na maternidade, ela vai saber o local que ela vai ficar, como ela vai ser atendida. E o pós parto todo vai ser feito lá. Ela só volta para o HSPM se ela tiver uma complicação, porque o contrato é de atendimento ao parto, não é um contrato de atendimento à UTI, porque UTI o HSPM tem e vai continuar tendo. Se a paciente precisar do leito de UTI, ela vem para a UTI do HSPM. É desta forma que vai funcionar. Então, o pós parto não será feito no HSPM, até porque o leito do pós parto é o leito que

pretende utilizar para atender o aumento do atendimento da pessoa idosa, das pessoas com outras comorbidades. Quem acompanha o HSPM, quem frequenta o HSPM sabe como era o atendimento de oncologia no HSPM alguns anos atrás e sabe como é o atendimento de oncologia hoje, porque a gente ampliou. Isso foi feito porque a gente trabalha com dados. Aproveitando o que o Walter falou, esclarece que os dados são importantes. Não adianta você achar que tem um vazio assistencial. Só consegue trabalhar com o vazio assistencial, onde tem dado e para eu pedir orçamento para fazer qualquer coisa na Secretaria da Saúde, trabalha muito com dado e é desta forma que a Fazenda não consegue contra argumentar com ele, porque eu com o dado, mostra o que está faltando naquela região. Então, não pode ser um achismo, achar que tem vazio existencial. Às vezes a gente até acha mesmo por nossa experiência de estar num local, mas se não tiver o dado, tabulado e demonstrar isso, não consegue os recursos para fazer ação que precisa ser feita naquele local. Então, os dados são muito importantes nesse aspecto em relação ao Hospital Santa Catarina. Concluindo com a Débora, não vão fechar os leitos de UTI, vão incorporar a UTI neonatal e a UTI pediátrica e vão e aumentar os leitos de UTI, porque o número de leitos que são necessários para a UTI pediátrica hoje é maior do que os leitos de UTI neonatal por conta de demanda. E com essa otimização dos leitos serão mais leitos de UTI, em vez de ter 3 leitos de UTI neonatal e 5 leitos de UTI pediátrica, como tem hoje, vamos ter 10 leitos de UTI pediátrica que vai atender tanto a UTI neonatal, se for necessário, se algum paciente precisar, como a UTI pediátrica. Isso vai otimizar e evitar que a gente fique com criança entubada no pronto-socorro, sem vaga de internação. Esse é um trabalho para melhorar a qualidade do serviço, não para piorar.

Hospital do centro foi discutido no começo da reunião, vai ser vai ser aqui neste prédio. Foi discutida a formação de uma comissão aqui do Conselho para acompanhar isso no início da reunião. Hospital geral, com centro cirúrgico, uma coisa bem legal.

Ao Walter, sobre o Hospital Santa Catarina, quando a gente teve os leitos fechados, abriram o Maternal e lá teve um problema estrutural no prédio. Tiveram que fazer algumas reformas. Estamos terminando de fazer a reforma e vamos implantar lá uma UTI adulto, para conseguir ter o atendimento de alto risco da região ali no Maternal, que hoje a gente já tem a UTI neonatal, mas acaba não fazendo o atendimento do alto risco, porque se a mulher precisa da UTI adulta, a gente não tem essa UTI, mas estão abrindo essa UTI lá para resolver este problema, que conseguiu resolver com dado, por isso que conseguiu verba para fazer a UTI adulto para atender a mulher distante lá. Com essa fala, respondeu à Sheila também. O número de partos na cidade vai pedir para atualizar para a gente poder fazer um comparativo do número de leitos e o número de partos que a gente tem. A taxa de ocupação para todos verem que somando os leitos, a gente sempre trabalha com os leitos municipais, mas somamos os leitos de maternidade que existe dentro da cidade de São Paulo e quando a gente fala direito, o Estado está envolvido nesse processo e tem feito bastante conversa, tem trabalhado bastante essa conversa de leitos e tem melhorado a conversa. O Estado aprendeu a ouvir o município e sempre fala que a porta de entrada é o município. Então, quem vai falar sobre a necessidade sempre vai ser o município porque é na nossa UPA que está o paciente parado, é na nossa AMA que o paciente está parado, é no OS, porque nós somos a porta aberta da cidade, e a gente é muito transparente nos nossos leitos, tanto para o estado quanto para a federação. Teve até uma discussão essa semana com o Ministério, por falar que os leitos de saúde mental, São Paulo não informava. Falou que São Paulo informa e se tem alguém que informa o número de leitos aqui e todo mundo sabe, inclusive vocês sabem quantos leitos de saúde mental existem na cidade, é o município. Há falta, mas precisam que os outros também assumam a sua função. Não dá para a gente jogar tudo no orçamento do município que a gente quebra o município, a gente não consegue fazer. Então, os outros entes federativos precisam colaborar. São Paulo é uma cidade rica, nós pagamos muito imposto aqui, mas a gente não pode assumir tudo sozinho, porque a União ajuda todas as cidades, porque o Estado ajuda todas as cidades e não quer ajudar o município de São Paulo. Tem recursos na cidade, mas tem 12 milhões de pessoas aqui dentro que precisam de atendimento, precisam de acompanhamento. Então, essa sempre vai ser sua briga, sua pauta quando eu estou discutindo com eles. Outra coisa que o Walter pediu, que é da mudança climática, a gente tem uma apresentação já pronta. Vai pedir apresentação de tudo que a gente está discutindo de mudanças climáticas na cidade, o que a gente já avançou, o que a gente pensou e de repente vocês podem até dar

alguma sugestão para a gente colocar dentro desse plano. Então, o Dr. o Ivan marca, a gente tem uma equipe que só faz isso lá na Secretaria e tem pronto.
Diz que vai verificar essa queixa que você fez do aborto, porque tem todo uma linha de cuidado do aborto legal que o município é responsável e ela tem que ser seguida. Vou verificar, e se o conselheiro tiver um caso concreto para trazer, que o faça, até para ele poder tomar providências.

Convidada Flávia Anunciação: Declara que está estranhando, em relação ao HSPM, o comportamento que está vendo. Conhece o Secretário há tempo. Trabalharam juntos no conselho de gestor do HSPM e foi sempre uma prática democrática. Pode até não gostar daquilo que a gente fala, mas sempre teve, em todas as conversas, uma prática democrática. Diz que enviaram cinco ofícios ao HSPM, os dois sindicatos que representam os trabalhadores, SIMESP e SINDSEP, pedindo uma reunião, uma mesa com a superintendência do hospital. Nenhum deles foi respondido e estão até hoje está guardando essa data. Estranha também, porque há um tempo estiveram dentro desta Secretaria, com a condução e a coordenação do Ivan, uma reunião em que a superintendente do hospital estava presente e tiveram ali uma pactuação de que toda vez que houvesse necessidade, a gente conseguiria fazer o agendamento para discutir assistência prestada no Hospital do Servidor. A reunião seria aqui dentro da SMS, e a gente teria esse lugar de conversa. O terceiro lugar onde pactuaram, e aí pactuaram em frente a um promotor do patrimônio, também com a presença da Dra. Micheletti e com a procuradora do hospital, que teria esse espaço para discutir a assistência prestada no Hospital do Servidor. Acha que o Secretário não saber disso, mas as entidades estão tentando fazer essa conversa e solicita a sua intermediação justamente sobre esse encerramento ou fechamento de serviço ou alteração, ou o nome que vocês quiserem dar, mas querem fazer a discussão, porque também aquilo que foi apresentado aqui fica meio confuso. Não dá para a gente entender direito qual que é o planejamento. Outra coisa, o HSPM, como já disse aqui, é a única unidade de saúde que não tem conselho, não tem a participação da representação dos usuários do hospital e dos seus trabalhadores no conselho deliberativo. A lei do conselho deliberativo diz o seguinte, que ele vai ter um presidente que é a superintendente do hospital, um servidor indicado por ela e os demais membros eleitos no âmbito de cada Secretaria. A gente tem aqui o José Ivan, que é o representante dos trabalhadores da saúde. Quer saber quando ocorreu a eleição dele, porque não votou no José Ivan. Não considera que o José Ivan a represente como trabalhador da saúde, então é uma interpretação da lei. Que a gente discuta e que também reveja isso. As Secretarias que têm assento no conselho deliberativo ou os nomes deveriam ser por eleição, assim como é feito no emprego. Não vai se estender mais, mas o seu pedido aqui, muito fraterno e diante deste Conselho, que é o responsável também, porque o dinheiro hoje dentro do Hospital do Servidor é dinheiro público. Então, este conselho tem responsabilidade também sobre essa discussão e que haja uma intervenção dos conselheiros, que as representações desses trabalhadores e dos usuários sejam ouvidas e sejam recebidas e que possam abrir uma mesa de discussão até para entender qual é o projeto, porque não entende que se pegue um serviço e não reduza; se é 35, se tem uma redução, vamos diminuir o tamanho do serviço. Não precisa tirar de lá, por que pegar dinheiro público, pagar serviço privado para atender uma demanda de servidoras?
Não faz sentido isso. Então, qual é essa discussão? Onde ela está sendo feita? Encerrando sua fala, pede a intervenção do Secretário sobre as alterações climáticas. Tudo bem que tenha um comité que faça essa discussão, que tenham um planejamento, mas o que a gente colocou aqui nesse espaço é que entre o que a gente tem hoje e o ideal, precisam de um plano de contingência, que é isso que tem que ser discutido aqui com a representação dos trabalhadores. Não é possível ter gente dentro de unidade com 42°C, trabalhando, sem que exista um plano de contingência para essas situações. Considera ótimo que seja feita apresentação, mas entre o que a gente tem hoje e aonde vocês querem chegar, a gente precisa construir um plano de contingência e saber, para quem está dentro das unidades trabalhando, quais serão as ações tomadas para poder mitigar a situação.

Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Com relação ao HSPM, para resolver esse problema, pede para marcar reunião e falar com ele.com ele. Despede-se e declara que no próximo mês continuam a conversa.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Passa à aprovação da Ata da 316ª Reunião Plenária Ordinária. Aprovada. Não há informes da mesa.

Informes dos Conselheiros.

Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Fala sobre a 6ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa que começa amanhã. De 16 a 18/05/25. Rua São Joaquim, 381 e no dia 17/07, na Avenida da Liberdade, 899.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que a Comissão de Orçamento e Finanças tem trabalhado bastante. Receberam uma resposta que estavam buscando há bastante tempo. Traz um número para quem tiver interesse de comparecer à próxima reunião, no próximo mês da COFIN, que venha para saber mais detalhes. Em 2024, a Secretaria Municipal da Saúde jogou mais de um milhão e seiscentos mil reais no lixo com descarte de medicamento e insumos. Em 2025, já está em 645 mil reais o valor que a Secretaria jogou no lixo. Para finalizar, relata que a Comissão de Política de Álcool e drogas se reuniu, e a comissão compreendeu que precisam criar um grupo de trabalho ampliado e nós vão chamar outros conselhos para uma discussão sobre Política de Álcool e Drogas. Iniciando com o Grande Conselho do Idoso, CMDCA. Conselho Estadual de Direitos Humanos, o COMUDA, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, para discutir o acesso da pessoa idosa e da pessoa com deficiência aos serviços de álcool e drogas e aos leitos hospitalares de desintoxicação. Então, estão funcionando e quem quiser saber mais, consulta o calendário da das comissões e venha participar.

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Faz convite. O Sindicatos dos Enfermeiros. durante todos esses 30 anos, faz a homenagem Ana Nery e amanhã às 19 horas, na ALESP esse evento, são todos convidados. É muito emocionante ser premiado. Nós temos até alguém presente que vai ser homenageado amanhã é vai ser homenageado amanhã. Haverá música e coquetel. Colocou o convite no grupo do CMS.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que amanhã haverá duas atividades muito importantes de saúde mental. Será na Leste, não se lembra agora o local, mas vai ser praticamente o dia inteiro de atividades do movimento antimanicomial. Também vai ter na Paulista. Então, são dois movimentos de suma importância. Quem puder participar de um dos dois é importante. O outro informe que tem é que neste ano vai acontecer a 5ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Todo mundo sabe que é uma política muito mais ampliada e precisam estar juntos. A partir do dia 28 de abril, que já passou, até 15 de agosto serão as livres. Até julho as regionais e as Conferências Estaduais e Distritais serão do dia 1º de julho a 31 de agosto. A Conferência Nacional será de 29 de setembro a 1º de outubro. Registra a presença da representante do Ministério das Mulheres. Ela é coordenadora de enfrentamento à violência, Adriana Pereira que está de férias e é muito bem-vinda.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que hoje, às 18 horas, acontecerá na ALESP uma audiência pública sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina, que basicamente atrapalhou o atendimento às pessoas trans. Sabe que muita gente não entende sobre saúde LGBTQIA+, sobre pessoas trans; ontem, no Rio de Janeiro, ocorreu fato de uma mulher trans que foi agredida e retirada de dentro de um banheiro de uma unidade de saúde. Acha que é importante, que a gente entenda, acima de nossos preconceitos ou pré concepções individuais a existência de pessoas trans e que elas não apresentam risco algum para o direito de nenhuma outra mulher e nenhum outro homem dentro da sua percepção. A Comissão de Saúde LGBTIA+ mandou uma moção para o pleno hoje, quer contar com todos para aprovação. Quem tiver disponibilidade e quiser estar na audiência hoje na ALESP

vai ser um prazer. Estará lá representando uma entidade de profissionais que cuidam da saúde de pessoas trans e intersexo.

Sheila Ventura Pereira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que no dia 24 de abril participou de uma reunião no Conselho Estadual, através da Comissão de Políticas de Saúde. Reunião com o representante do Ministério da Saúde, da área da saúde da população negra. Eles estão aqui no Estado de São Paulo para criar uma estratégia sobre a saúde da população negra e a reunião teve como foco trabalhar na saúde da população negra no Estado de São Paulo, avanços, dificuldades e desafios. No dia 9, conseguiram realizar uma segunda reunião. Saiu como proposta também ampliar essa discussão com o CMS, através também da Comissão de Políticas de Saúde, porque precisam muito reforçar a Política Nacional da Saúde da População Negra, tanto que no município tem a Portaria da População Negra que está literalmente engavetada. Então, essa discussão serve para reforçar; faz o convite para todos e vão socializar todas as informações, todas as datas de reuniões para a gente conseguir estreitar os laços entre município e estado. Outro informe é um convite, dia 31 de maio, tanto a associação Pro-falcêmicos e a Superando Lúpus realizarão a Conferência Livre da Longevidade de Pessoas com Patologias. A proposta é enviar também para a Conferência Nacional o envelhecimento das pessoas com patologias. Cada vez mais a gente está vendo que pessoas com diversas patologias e doenças raras estão chegando a 60 mais, mas infelizmente, ainda os cuidados, a assistência está cada vez mais difícil. Todos são convidados. Será na Rua Conde de São Joaquim, 179, das 9 às 13 horas.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Informa que no dia 29 haverá mais uma reunião aqui de Contratos. Por favor, não percam, será às 10:00 e Dr. Ernani, nosso colega, trará informações. Quem tiver dúvidas a respeito de OSS, por favor, venha participar.

Convidado Nelson: Informa que se manifesta aqui hoje porque é o segundo momento que seu nome é mencionado diante deste Conselho, diante de algumas ações, de algumas atitudes com a qual desenvolve no território. Enviaram para ele uma cópia da ata deste conselho da 315ª reunião, da qual vai ler só o parágrafo rapidinho da ata que consta aqui.
Neuza Maria Cândida e Policarpo. Conselheira titular, representante do poder público, fala sobre os problemas enfrentados na região norte, diz que existe uma sub região que é da STS jaçanã e também da Vila Maria/ Vila Guilherme. Há um movimento negativo que quer tumultuar. Alguém solicita que mencione o nome do conselheiro que está causando tumulto. Ela cita o nome do conselheiro Nelsinho, o qual se identifico, afirmando que ele faz parte de um grupo que inclui Cirlene, Gimenes, Santezi, entre outros, e que se trata de um grupo que tem gerado um grande tumulto. Então, está trazendo aqui um documento entregando ao CMS para que suas argumentações, sendo pessoas estas às quais não tem contato no território, tanto Cirlene, não tem problema em falar, não fazem parte de seu círculo de amizades e se conhecem de reuniões. Solicita que seja apontado o ato se este ocorreu. Declara que têm cobranças sim, você fazendo apontamento, identificando ingerência, atos de ingerência que acontece constantemente no território, inclusive comprovados através de documentos, diz respeito a encaminhamento que são deliberados em reuniões todos documentados, sempre pautados de forma respeitosa, com todos os pares que a gente tem. Houve no passado também uma outra denúncia contra sua pessoa, mas foi anônima. Foi descaracterizada pela devolutiva do próprio equipamento, a qual falaram que também nossa postura do conselheiro gestor de lá, não condizia com o que rege as leis do conselho. Então, está entregando um documento, gostaria que fosse dada uma devolutiva também através de documento e as providências. Está pedindo que seja feita simplesmente uma reparação, se achar que deve fazer, se não, que comprove algum ato de ingerência ou alguma coisa que ocorreu lá no território, como houve recentemente encaminhamento de documentos, foi deliberado em reunião, encaminhamento em relação ao referenciamento do Hospital Vereador José Storopoli, que está indo muito bem, muito diferente do que está popularizando por aí, a qual a demora no encaminhamento deste documento, que por coincidência, foi encaminhado erroneamente à Gestão Participativa da Coordenadoria e ao qual o Conselho deliberou que fosse enviado à Gestão

Participativa. A gestão aqui da Secretaria que cuida dessa pasta, que tem governança sobre essa pasta, demorou três meses para esse documento chegar aqui. Teria evitado todo esse contratempo. Informações que têm chegado aqui totalmente contraditórias ao que de fato está acontecendo com o referenciamento, onde o conselho gestor o segmento de usuários, que, se existe alguma coisa em relação a isso, a própria gestão do território que não se envolveu em nada em apoio ao referenciamento, divulgação do referenciamento. Uniram-se, foram em reuniões de todos os conselhos gestores de todo o território, que são 13 unidades, tentar passar esclarecimentos sobre o referenciamento para que não causasse nenhum transtorno. E a Vila Maria nunca foi contra, muito pelo contrário. Nenhuma região teve o apoio a um referenciamento igual os conselhos gestores da supervisão Vila Maria das unidades teve, diante do distanciamento que fizeram nas unidades de saúde. Gostaria que fosse dada uma devolutiva e aproveitando, quando tiver reuniões de vocês de fórum específico, que convidem os conselhos.

Paulo Roberto Belinelo, Conselhiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que este documento imediatamente será encaminhado à Comissão Executiva para análise e encaminhamento à devida comissão.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que no sábado passado esteve representando o CMS na UBS Jardim Brasil, aqui no centro, que teve a presença do Ministério da Saúde por conta do Dia D de vacinação. Informa também que aconteceu a última reunião da Comissão de Vigilância, na sexta passada encaminharam de fazer alguns questionamentos em relação às armadilhas e ao o tema da dengue. Vão encaminhar esses questionamentos para que seja feita apresentação para a Comissão e que possam trazer para o Pleno. Já tem um estudo, teoricamente já tem um resultado dessas armadilhas e eles estão passando para os para os territórios. Então, a gente precisa que isso seja dito e explicado aqui na Comissão. Relata que na última reunião em que o coordenador responsável por esse tema veio, ele estava com pressa, não tinha tempo para discutir.

Rosilânia Correia Lima Cardoso, Conselheira Titular representante das Centrais Sindicais: Informa que participou de Seminário na CISTT sobre trabalho escravo na sexta-feira passada. Acha muito interessante falar sobre jornada e sobre trabalho escravo, sobre as novas formas de trabalho e novas formas de escravidão e novas formas de adoecimento. Convidou o conselheiro Alex para fazer uma discussão com a CISTT, levar para o movimento sindical um seminário que falasse não só do trabalho escravo, mas também de jornada, de saúde mental, isolamento, porque as novas formas de trabalho no mundo tecnológico isolam o trabalhador e será no dia 4, no Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Convida todos a participarem. Informa que o Alex foi eleito hoje o presidente do DIESAT, que é um importante órgão para os trabalhadores a nível nacional.

Paulo Roberto Belinelo, Conselhiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Relata que na última segunda-feira ocorreu a reunião de coordenadores e adjuntos de todas as comissões do CMS. Foi muito proveitosa essa reunião, mas gostaria de reiterar uma das falas. Nós temos aqui comissões que ainda não estão constituídas devido ao seu próprio regimento. Nós temos comissões que ainda não tiveram reunião alguma, porque não conseguiram se encontrar. Nós temos comissões aqui cuja participação dos membros da mesma deixa a desejar, e muito. Está reiterando, para os coordenadores, para os adjuntos e para os membros que se não der para participar, que se abra espaço para outros que tenham interesse ou que tenham um tempo melhor, mas não vamos bloquear a comissão dos seus afazeres porque sobrecarrega outros companheiros, sobrecarrega e muito. Vejam os meios que facilitam as comissões, sejam virtuais ou presenciais. As comissões devem funcionar porque abastecem o Pleno.

Convidado Dimitri Auad: Lembra a todos que está indicado no Conselho Estadual pela plenária dos Movimentos de Saúde. É um dos dois representantes da capital e faz essa apresentação para se colocar à disposição dos conselheiros e das conselheiras desse colegiado. Sistematicamente a gente tem ouvido e

tomado conhecimento de muitas reclamações das unidades hospitalares do Estado, só que não tem chegado nada de produto. Espera que essas necessidades de melhora da rede de atenção à saúde do Estado, como dito, mais especificamente das unidades hospitalares, que têm deixado a desejar no atendimento por causas várias que sejam encaminhados os problemas, as demandas, desafios para resolver os problemas das unidades, para que possa sugerir inseri-las na PAS 2026 do Estado. Está se colocando à disposição.

Paulo Roberto Belinelo, Conselhiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Agradece e diz que essa participação é fundamental**.** Declara que tem conversado também com o Estado. Desde a época em que estava lá, conversava muito e continua, principalmente com o pessoal da Comissão de Políticas Públicas de lá. Estão tendo conversas, o Pedro, o outro coordenador, para que se entendam de uma maneira que satisfaça as políticas públicas, tanto do Estado quanto a do Município. É realmente difícil fazer este link, mas estão trabalhando nesse sentido.

Convidada Flávia Anunciação: Declara que existem 25 mil pessoas aprovadas em concurso, aguardando ser chamadas num concurso público em que há 8 mil enfermeiros, 8 mil auxiliares de enfermagem, farmacêuticos, psicólogos, todos aguardando e todos sabem da necessidade do serviço. Isso realmente está judicializado. O Ministério Público abriu uma ação civil pública e esperam o apoio do CMS para que esse pessoal recomponha o RH.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O Secretário disse aqui que está aguardando a chamada do MP.

Ângela Aparecida dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Comissão de Saúde Mental: Informa sobre atos dos usuários saindo da Paulista e outro na Zona Leste. Amanhã. 11h na Paulista. Ocupe a Leste, das 11h às 16h. Fizeram a leitura de relatório sobre as propostas prioritárias quarta conferência. Na Comissão, foi falado sobre a importância do RH, a dra. Claudia conversou com a gente e citou esse documento do MP para chamar não só os oficineiros, mas também as pessoas para compor o RH dos CAPS que estão precisando.

Comissão de Saúde da Mulher – Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala sobre a moção de repúdio – Moção de Repúdio contra a parte técnica da Secretaria, que não acompanha as reuniões. ASPLAN, infelizmente já são três reuniões que não participa nenhum representante. Gostaria até que já tivesse essa moção de repúdio passada para todos lerem, mas não vai ser possível ler porque está nas deliberações. Em setembro foi sugerida a realização de seminário que vai se chamar Políticas e Desafios da Saúde da Mulher 40+. Precisam de todo o apoio da Secretaria e também do CMS. Tanto da Secretaria do CMS quanto da própria Secretaria, no que tange à questão da infraestrutura, do local e tudo mais.

Comissão de Políticas Públicas - Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Informa que ontem ocorreu a reunião com ASPLAN e vão fazer com eles a metodologia para o estudo dos instrumentos de gestão. Depois de pronto vai ser apresentado aqui.

Deliberações

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Tramitação de documentos: Há um documento que o André apresentou faz algum tempo, que estava na ordem do dia. Como não houve manifestações e o conselheiro não estava na última reunião, foi passado para item de deliberações. É o fluxo apenas de

recebimento de documento pela Secretaria relembrando que os documentos que são de unidade básica ou individuais, precisam passar pelo Conselho de Supervisão e depois encaminhados para o CMS. Pergunta se podem aprovar por aclamação.

Pedro Alem Santinho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Acha que há contradição no documento. O documento claramente diz que são recursos vindo das unidades. A fala do Júlio aqui foi documentos vindos das unidades. São coisas diferentes. Vai dar um exemplo real e concreto. Várias unidades na Lapa têm as suas reuniões, têm as suas atas. Mas o Conselho da Supervisão passou cinco meses sem produzir ata por conta de problema deles. Uma coisa é o recurso de alguma coisa que está sendo impugnada na unidade e tal. O que está no documento do André são recursos. Está de acordo com o documento apresentado, mas como ele está escrito, não como está explicado. O documento vindo da unidade, ele pode ir direto para o Secretário, ele pode vir para o conselho municipal e esse documento não trata de documento vindo das unidades. Está escrito nele, para deixar bem priorizado aqui, que são recursos diante da negativa de algo na unidade, é só ler o documento. A explicação tem que ser clara, então qualquer documento pode ser apresentado na unidade e vir direto para cá. É o que está escrito nesse documento, porque como ele não trata de documento, mas trata de recurso, não há problema algum, então, com esse esclarecimento, está de acordo em aprovar o trâmite de recursos, tal qual está escrito no documento.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que este documento já está em três plenos. No primeiro plano em que foi apresentado, o conselheiro Pedro Além Santinho leu um conjunto de possíveis contribuições, meio que pediu vista do documento e nunca apresentou as contribuições. Ficaram três meses aguardando as contribuições e solicitando à Secretaria Geral do Conselho que informasse se ele tinha mandado, se ele tinha escrito alguma coisa, se ele tinha deixado o papel impresso, porque aí poderiam ler, copiar, transcrever as contribuições. Mas ele não deixou. Cita o que diz a Lei nº13.325, que diz que toda e qualquer discussão precisa ser feita no território. É o conselho gestor da unidade que precisa fazer a discussão com relação às questões pertinentes àquela unidade.
Se por algum motivo não houver acordo ou alguém divergir da decisão daquele conselho sobre as ações que ele planejou para o seu próprio território, essa pessoa pode ou este grupo de pessoas podem ir ao Conselho de Supervisão que vai avaliar o recurso e avaliar a decisão que o conselho local adotou. Caso esse grupo de pessoas ou cidadão individual também não concorde, podem vir ao Conselho Municipal e questionar a decisão emanada pelo Conselho de Supervisão. O que não será aceito no Conselho Municipal é que alguém, sem discutir com o conselho local, sem discutir com o Conselho de Supervisão, traga uma demanda local para uma discussão ou uma intervenção do CMS, sem que o território tenha discutido a questão. Isso não é o CMS tentando inovar, isso foi o legislador, isso foi o Movimento Popular de Saúde lá atrás. Isso foi o SUS e as pessoas lá atrás que disseram que não adianta ter conselho local, não adianta ter Conselho de Supervisão se estes não tiverem autonomia nas suas decisões. O que estão pretendendo aqui é dizer para todos, inclusive para as STS, para as CRS, que a instância de deliberação do SUS é o conselho local, é o Conselho de Supervisão e aí o CMS consegue analisar a política de saúde, aqueles indicadores que são pactuados, que a gente precisa buscar, que é o alcance de 95% de vacinação nos territórios na cidade como um todo, ampliação da Estratégia da Saúde da Família, etc. Para finalizar, como o Pedro disse sobre a questão de recursos, sendo possível a resolução do problema e o conselho local conseguir resolver, não será necessário buscar instância mais nenhuma, porque o problema está resolvido localmente.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que isso precisa ser votado. Todos os conselheiros aqui têm ciência do fluxo natural do que acontece com os documentos que aqui chegam, que primeiro têm que passar no local, depois virem para cá. Esgotam-se todos os recursos nas regiões para depois virem para cá. Diante desse impasse, pergunta como vão decidir. Altera-se uma palavra? Precisam resolver isso porque as regiões sofrem as consequências desse impasse.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular representante do Poder Público: Diz que essa questão da tramitação de documentos, da aceitação, já é ponto passivo. Sugere que se acrescente o termo documentos e recursos.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Coloca em regime de votação nominal. Documentos e recursos.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Faz a chamada.
Resultado: Aprovado com 13 votos – 13 abstenções e 1 voto contrário.
2º Ponto – Criação de GT de Infraestrutura do CMS.
Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que a sala de reuniões do CMS não possui estrutura mínima para acolher conselheiros e visitantes. As cadeiras foram colocadas provisoriamente e estão até hoje aqui. Os microfones são ruins, o tamanho da sala é insuficiente. Existe a recepção que não é do CMS, é da SMS. A sala tem sido emprestada para outras áreas, mas é necessário controle. A mesa de som é arcaica. Avisa que o Ivan e o próprio Secretário estão sabendo e concordam com a reformulação do espaço do CMS. Precisam criar um GT de Infraestrutura para verificar as necessidades. Propõe que se aprove junto a resolução sobre o fechamento do Hospital municipal Bela Vista, que será outro GT a ser aprovado para acompanhar também o MP, de acompanhamento de obras do novo hospital. Que se volte em bloco os dois Grupos de Trabalho.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Consulta o Pleno – Aprovados.

Passa à Moção de Repúdio da Comissão de Saúde da Mulher – Ausência da Área Técnica de Saúde Hospitalar nas reuniões
Texto enviado: O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, por intermédio de sua Comissão Permanente de Saúde da Mulher, manifesta o seu repúdio ao descaso da Secretaria Executiva da Atenção Hospitalar, que deixou de responder a convocação para participação em mais de três reuniões para discussão de temas fundamentais à Comissão.
A ausência injustificada da Secretaria Executiva impede a participação qualificada e efetiva do controle social na rede hospitalar, conforme as diretrizes do SUS, bem como dificultar a promoção dos direitos das mulheres e a garantia aos direitos de mulheres e outras pessoas que gestam, aos direitos assegurados no SUS.
Considerando a importância constitucional da participação social no SUS, e o dever do Estado em assegurar a promoção da saúde das mulheres e seus direitos, apresentamos a presente Moção de Repúdio, pugnando pela devida apuração do ocorrido, o que seguiremos acompanhando.
– Aprovada por aclamação.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa à aprovação dos Regimentos das Comissões: – Comissão de Vigilância – aprovada.
Comissão de Políticas de Álcool e Outras Drogas – aprovada.
Seminário da Comissão de Saúde da Mulher – 19 de Setembro ou Outubro – aprovado.

Moção de Repúdio – sobre Resolução do CFM – aprovada.
Texto enviado: O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 317ª reunião Plenária Ordinária realizada em 15/05/2025, por intermédio de sua Comissão Permanente de Saúde da População LGBTIA+, manifesta o seu repúdio à Resolução CFM nº 2.427/2025, de 8 de abril de 2025, que revisou os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras

providências.
Os critérios éticos e técnicos para o atendimento de pessoas trans era consolidado pela Resolução CFM nº 2.265/2019, e a expectativa social era de uma ampliação a atualização nos critérios já apresentados pela resolução de 2019, em razão de centenas de publicações científicas que demonstram o benefício dos cuidados com a saúde de pessoas trans, a consolidação de protocolos de tratamento e a consolidação ao reconhecimento da existência de pessoas trans em diversas culturas ao redor do mundo.
Todavia, o documento apresentado pelo Conselho Federal de Medicina restringiu os critérios éticos previamente apresentados, restringindo as especialidades médicas que devem fazer atendimento para pessoas trans durante a hormonização, sem considerar a qualificação e outras especialidades e categorias profissionais, obriga o acompanhamento médico por um ano para que a hormonização possa ser iniciada e impede o bloqueio puberal a crianças e adolescentes trans.
A Resolução CFM nº 2.427/2025 viola a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), Portaria nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011, ao violar objetivos específicos e diretrizes da mesma, especialmente nos sentidos de dificultar a ampliação ao acesso da população Trans e com vivência de variabilidade de gênero aos serviços de saúde do SUS, dificultar a eliminação do preconceito e da discriminação de pessoas trans, inclusive institucional, impedir o oferecimento de atenção e cuidado à saúde de adolescentes trans e dificultar a implementação de ações, serviços e procedimentos no SUS, com vistas ao alívio do sofrimento, dor e adoecimento relacionados aos aspectos de inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas trans, travestis e com vivência de variabilidade de gênero.
De mesma forma, a Resolução também fere a Política Pública de Saúde Integral da População LGBTIA+ do Município de São Paulo, Portaria SMS nº 540, de 14 de agosto de 2023, ao ferir seus princípios norteadores.
A Resolução do CFM representa significativo retrocesso na defesa dos direitos humanos de pessoas trans e com vivência de variabilidade de gênero, ao colocar barreiras nos cuidados em saúde, especialmente em fases da vida, como infância e juventude, em que essas pessoas se encontram mais vulnerabilizadas e precisam de apoio de todos os profissionais da saúde, reforçando a patologização e centralidade de atos médicos.
O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo reforça seu compromisso com a conquista de saúde e vida de pessoas trans e com vivência de variabilidade de gênero, reforçando a defesa dos Direitos Humanos dessas pessoas, e a garantia de acesso a uma saúde integral plena, e direito ao mais alto padrão de saúde possível.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Volta ao tema Terceirização de Equipamentos de Saúde da Região Norte.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular representante do Poder Público: Declara que não tem conhecimento dessa referida terceirização. Acredita ser mera especulação. Estava de férias e quando retornou, soube dessa notícia. Houve reunião e não sabe de onde surgiu essa notícia.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: Tem informações. Território de Santana tem 4 unidades de saúde. Dia 24/04 essa questão voltou ao ponto de pauta. Depois foi retirada, mas há ameaças constantes. Reposição de RH é necessária. Vão pleitear reunião com a coordenadora Dra. Ana Cristina. Propõe que a Comissão Interconselhos acompanhe.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O Conselho Gestor da STS tem que acompanhar.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Declara que a região Norte tem problemas gravíssimos. Que os concursados vão para a Norte.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Há problemas na fala do Secretário sobre chamamentos dos concursados.

Fabiano de Oliveira Soares, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Relata caso ocorrido na sexta-feira, foram na UBS Jardim Colonial, terceirizada. Propõe rever Resoluções 3 e 10 – diziam que nenhum serviço poderia ser terceirizado sem amplo debate. Fundação ABC entra lá na segunda-feira. Na região Norte – em Santana fazem reunião híbrida. Dificuldade de acesso dos usuários.

Convidada Flávia Anunciação: Corrobora com fala do Fabiano. Toda vez que se entrega unidade para terceirização, precisa de Pareceres Técnicos apresentados aos Conselhos Gestores. A prática é entregar primeiro e discutir depois com o controle social, que não delibera nada.

Pedro Alem Santinho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Acha que devem questionar, tirar Resolução, marcar reunião com Secretário para tratar desses temas. Isso deixa contraditório a votação anterior do fluxo.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular representante do Poder Público: Solicita verificação de quórum. Há quórum.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Propõe realização de Reunião Extraordinária para discutir Terceirização.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Agradece a participação de todos. Reunião encerrada às 17h23.